



Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 41

TCE festeja 54 anos com atividades culturais



A festa do ano passado reuniu servidores...

O Tribunal de Contas do Estado completa este ano 54 anos de funcionamento com diversificadas atividades comemorativas, entre elas a arrecadação de alimentos não perecíveis a serem doados a entidades filantrópicas, atividades culturais e esportivas, apresentações do Coral Vozes do TCE, exposição de trabalhos artesanais e de artistas plásticos do TCE, apresentações artísticas dos servidores e seus filhos, e atividades esportiva.

O ponto alto do evento é a entrega do colar do Mérito Funcional Henrique Santillo a seis servidores que prestaram relevantes serviços ao Estado.

O TCE foi instalado em 1º de setembro de 1952, por força do Decreto nº 130, de 07/07/52, que designou aquela data para a sua instalação solene.



... e autoridades, o que deve se repetir este ano



Folder institucional marca aniversário

A equipe de Comunicação/TCE criou um selo comemorativo para marcar o 54º aniversário do Tribunal de Contas do Estado. Também foi lançado um folder institucional divulgando as principais atribuições do órgão, as ANOPs e o sistema de encaminhamento de denúncias e sugestões.

Desde sua instalação, em 1º de setembro de 1952, o TCE sempre preocupou-se em manter uma fiscalização qualificada e atualizada.



Agências de publicidade propõem critérios de seleção

Propostas de mudanças nos critérios de seleção da publicidade oficial apresentadas pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) podem servir de base para que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) normatize a fiscalização desse tipo de licitação no Estado de Goiás. A informação é do presidente do TCE-GO Sebastião Tejota, durante encontro com o presidente da Abap, regional de Goiás, Marco Antônio Chuahy.

As sugestões foram elaboradas com o auxílio técnico do Tribunal de Contas da União e atendem, segundo Chuahy, aos ditames da Lei 8.666 (Lei de Licitações), para dar maior transparência e lisura ao processo de concorrência. Dentre as medidas propostas estão a necessidade de elaboração de briefings claros e objetivos, a presença de técnicos como membros das comissões de licitação e o recebimento de propostas técnicas sem identificação.

O documento foi encaminhado à Coordenação de Fiscalização Estadual do TCE para análise e devolução à Presidência.



Planejamento estratégico em fase conclusiva

O Planejamento Estratégico (PE) do Tribunal de Contas do Estado chegou à sua fase conclusiva durante o mês de agosto. O Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade do órgão programou seminários de sensibilização na primeira quinzena, ficando a segunda destinada à orientação e elaboração dos planos de ação em cada unidade do Tribunal. Paralelamente a essas atividades, o Comitê de Gestão da Qualidade finalizou o Planejamento Estratégico a ser divulgado após as comemorações do aniversário do TCE.

Pág. 02	Coral do TCE canta no Araújo Jorge	Pág. 03	Fim das inspeções regionais	Pág. 04	Informativo CFE
Pág. 05	Artigo	Pág. 06	Treinamento	Pág. 08	Marcas do tempo

TCE na TV e sessões disponíveis no site

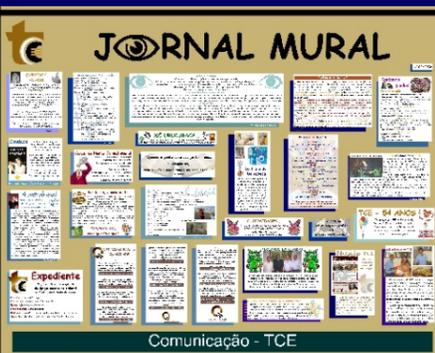
O telejornal TCE na TV, que está sendo veiculado pela TV Assembléia – canal 8 da operadora NET, está disponível também no site do órgão (www.tce.go.gov.br). O programa jornalístico é semanal com exibições em três horários diferentes pela TV Assembléia: às terças-feiras, às 19h55min; quintas-feiras, às 21h50min; e às sextas, a partir das 9 horas. Na internet ficam disponíveis todos os programas já exibidos para acesso em qualquer horário ou local. Durante os meses de julho e agosto o TCE na TV foi interrompido para a finalização do processo licitatório para a contratação de produtora.

O site do TCE também transmite todas as suas sessões de julgamento, estas ao vivo, sendo a Plenária com áudio e vídeo e as de câmaras apenas com áudio.



Doação de móveis para a PM de Goiás

O Tribunal de Contas do Estado doou 21 móveis que se encontravam sem uso à Polícia Militar de Goiás. A entrega foi feita simbolicamente em ato na Presidência do TCE ao coronel Valdivino Esmeraldo Soares. O material doado compõe-se de mesas para computador, de chefe e de secretária, cadeiras e balcão



Jornal Mural chega à segunda edição

A segunda edição do Jornal Mural do Tribunal de Contas do Estado teve como destaques o concurso para a escolha do nome da publicação e dicas de qualidade, além de ressaltar ações de solidariedade de servidores e suas atividades culturais e esportivas. Voltado para o público interno, o Jornal Mural também está disponível na internet.



Coral do TCE canta no Araújo Jorge

O Coral do TCE fez uma apresentação no dia 18 de agosto no auditório do Hospital Araújo Jorge. Na oportunidade, foram sorteados brindes aos pais da Associação de Combate ao Câncer de Goiás. Também houve a apresentação de Suely Paschoal e banda.



Expediente

Presidente: Sebastião Tejota
Vice-Presidente: Edson José Ferrari
Corregedor-Geral: Gérson Bulhões Ferreira
Conselheiros: Milton Alves, Naphtali Alves, Carlos Leopoldo Dayrell e Carla Cíntia Santillo
Auditores: Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente
Procurador-Geral de Contas: Fernando dos Santos Carneiro

Direção e Coordenação:
Chefe de Gabinete: Gilvan Pires de Sousa
Diretor-Geral: Solano Alves Pimenta
Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa
Coord. Fiscalização Estadual: Fernando Xavier da Silva
Contadora Geral: Lillianne Maria C. S. Peu
Sec. Geral: Wagner Luiz P. B. Vieira



Edição: Alexandre Alfaix de Assis
Redação: Comunicação/TCE
Alexandre Alfaix de Assis (Jornalista JP 00729-GO)
Leonardo Rocha Miranda (Jornalista)
Candice Sebba (Projeto Gráfico)
Mônica Perillo e Leticia Pires (Relações públicas)
Ludmila Mendes (Logística)
José Joaquim Freitas (Revisão)
Fone/Fax: (62) 3201-9190 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP: 74003-030
Fone: (62) 3201.9000 - www.tce.go.gov.br



Tribunal recebe certificado do Programa da Qualidade do Governo

O Tribunal de Contas do Estado foi uma das instituições públicas que recebeu o Certificado de Participação no 5º Ciclo de Avaliação do Prêmio da Qualidade do Governo de Goiás. A solenidade foi no auditório do Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

O certificado é um estímulo oferecido pelo governo aos órgãos participantes, que se esforçaram em atingir as metas estabelecidas pelo programa. Conforme a pontuação, as entidades também podem receber os troféus Turmalina, Topázio ou Esmeralda, sendo que nesse 5º Ciclo de Avaliação apenas se qualificaram sete instituições para o Troféu Turmalina.

O Prêmio de Qualidade do Governo de Goiás (PQGG) é o reconhecimento do trabalho e do esforço na busca da excelência no setor público estadual, com foco no atendimento ao cidadão dos órgãos e entidades que aderiram ao Programa Qualidade Goiás. Para o secretário do Planejamento e Desenvolvimento, José Carlos Siqueira, a concretização do Programa é uma demonstração clara da consolidação da gestão pela qualidade no serviço público.

TCE extingue inspetorias regionais

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) extinguiu as nove inspetorias regionais de controle externo do órgão, até então existentes nas cidades de Anápolis, Catalão, Formosa, Goianésia, Goiás, Itumbiara, Morrinhos, Porangatu e Rio Verde. A decisão foi tomada por unanimidade dos conselheiros presentes em sessão plenária, por resolução relatada pelo conselheiro Gerson Bulhões Ferreira.

As regionais foram criadas entre 1998 e 1999, época em que predominava no TCE um modelo de fiscalização que justificava uma estrutura operacional como essa. Conforme o voto do relator, entretanto, os trabalhos que estão hoje a cargo dessas inspetorias podem ser executados pelas divisões de fiscalização que compõem os serviços auxiliares do Tribunal. Ele também justificou a necessidade do órgão de reduzir despesas de custeio, adequando seus custos operacionais à realidade de seu orçamento e as regionais já teriam cumprido seu objetivo de expansão e aprimoramento da fiscalização externa.



O prédio da inspetoria regional de Goianésia que foi devolvido ao Ipasgo

6ª DF conhece estrutura da fiscalização da receita pública do TCE-RJ



Servidores da 6ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, recentemente criada, estiveram no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para conhecer sua estrutura, composição e procedimentos de fiscalização da receita pública. Na oportunidade, foram discutidos os tipos de controles, inspeções e auditorias feitas no âmbito estadual e dos municípios.

As equipes dos tribunais de Goiás e do Rio de Janeiro trocaram idéias sobre temas diversos como as receitas correntes (tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências e outras receitas correntes), receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências e outras receitas de capital), renúncias de receitas, benefícios fiscais, dívida ativa, programas de fomento, contra a sonegação, evasão e elisão fiscais.

Egon Feistel, Tatiana Takeda e o diretor Benjamin Inácio conheceram a estrutura do TCE-RJ

Tribunais de contas discutem portal nacional

Os tribunais de contas de todo o Brasil reuniram-se em Belo Horizonte durante o 1º Fórum do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (Promoex). O objetivo do encontro foi iniciar as discussões para o desenvolvimento de uma estrutura que possibilite a troca de informações entre os tribunais de contas do Brasil e aumente a interação desses órgãos com o governo federal e a sociedade. Para isso, foi proposta a formação de uma rede nacional de informação e portal do controle externo.

Sob a coordenação do Instituto Ruy Barbosa, com apoio da direção nacional do Promoex junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o fórum envolveu especialistas das áreas de tecnologia da informação e profissionais da área de controle externo dos tribunais de contas brasileiros. Durante os dois dias, representantes dos 32 tribunais de contas de estados e municípios que já assinaram convênio com o Ministério do Planejamento para implantação do Promoex detalharam as ações necessárias para a criação do portal e rede nacionais em cada tribunal de contas participante.

Para o coordenador da unidade de execução local do Promoex no TCE do Mato Grosso do Sul, palestrante do Fórum, Normann Kalmus, esses dois componentes nacionais do Programa abordados no evento - rede de informação e portal - têm enfoques diferentes: "enquanto a formação da rede busca muito mais o público interno dos tribunais de contas e maior contato entre os técnicos com o objetivo de harmonizar conceitos e procedimentos, o portal estende o nível de acesso, tanto aos jurisdicionados quanto à sociedade em geral. E acrescenta: "o objetivo é apresentar as informações em linguagem acessível ao cidadão comum para facilitar sua compreensão e comparação de dados como, por exemplo, os relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal, relatórios de gestão fiscal, dentre outros."

O presidente da Associação Nacional dos Tribunais de Contas (Atricon), conselheiro Victor Faccioni, afirmou que o portal deve disponibilizar dados tempestivos, contemporâneos, fidedignos e confiáveis da administração pública que podem estimular a transparência e a melhoria do controle externo, contribuir para o controle interno das administrações estaduais e municipais e, principalmente, estimular o necessário controle social a cargo da sociedade, beneficiária direta dos serviços prestados pelo Estado.

De acordo com o que foi discutido no Fórum, os setores de comunicação social devem participar ativamente do processo de implementação desses canais de aproximação com a adequação da linguagem e da formatação das informações aos objetivos do portal.

O TCE de Goiás participou do encontro com as coordenadoras do Promoex em Goiás Adriana de Moraes e Liliane Maria Cruvinel Siqueira Peu, e os servidores Cássio Rezende de Assis Brito e Renato Kronit de Souza, ambos da Divisão de Processamento de Dados.



Pesquisas da FVG e FIA-USP disponíveis no site

A seção do Promoex no site do Tribunal de Contas do Estado disponibilizou os resumos em formato de apresentação de slides das pesquisas de opinião realizadas pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIAUSP) em setembro de 2002 e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2003. A primeira é uma pesquisa-diagnóstico feita no âmbito dos próprios tribunais de contas, enquanto que a segunda traz o relatório conclusivo de pesquisa feita com atores públicos e sociais dos 26 estados e do Distrito Federal nos setores Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.



Projeto Reviver não alcançou objetivos

O convênio celebrado entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e a Associação dos Municípios do Vale do Rio Turvo (Turvale) para execução do Projeto Reviver não alcançou os objetivos a que se propôs. A conclusão é da 2ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, após inspeção de acompanhamento no Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema). O TCE também observou que a fiscalização do Fema não ocorreu em tempo hábil, sendo realizada somente após os dois primeiros repasses.

A equipe técnica do Tribunal comprovou, ainda, que a Turvale utilizou os recursos repassados de forma incorreta e descumpriu cláusulas do convênio e da legislação pertinente. Constatou também que a Associação não sanou as irregularidades mesmo depois de notificação extrajudicial por parte da Assessoria Jurídica da SEMARH.

O Projeto Reviver tem por objetivo realizar pesquisas, produção de mudas de plantas e de alevinos, bem como promover a capacitação de recursos humanos na área ambiental e executar programas de recuperação da natureza nos municípios integrantes.

(O relatório foi protocolado sob o nº 23761083 Relator Conselheiro Naphtali Alves, o processo encontra-se em trâmite neste Tribunal - Maria Delcy)

E CFE CFE CF
CFE CFE CFE
INFORMATIVO
CFE

Resp. Fernando Xavier

Engenharia do TCE já fez nove inspeções no Centro Cultural Oscar Niemeyer

O Centro Cultural Oscar Niemeyer é um espaço de 62 mil metros quadrados, localizado na região sul de Goiânia, dedicado a manifestações culturais. A obra é composta por quatro prédios: o Palácio da Música, com quase 7 mil metros quadrados, incluindo um teatro de nível internacional para 1.184 lugares; o Museu, com mais de 4 mil metros quadrados; o Monumento, um dos pontos centrais do projeto, ocupando 852 metros quadrados de área; e o prédio da Administração e da Biblioteca, em área de 9,5 mil metros quadrados. Além disso, o Centro Cultural conta com uma esplanada, uma área externa urbanizada destinada a shows ao ar livre, convivência e estacionamento para até 580 veículos.

A construção dessa obra é resultado de um convênio entre a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel) e a Agência Goiana de Obras Públicas (Agetop), no valor original de R\$ 22 milhões. Depois foram celebrados dois contratos entre a Agetop e a contratada Warre Engenharia e Saneamento Ltda., o primeiro no valor de R\$ 37.430.303,87 e o segundo com o valor de R\$ 14.161.831,80. Inaugurada em março de 2006, a obra, incluindo os termos aditivos ao contrato, chegou a um custo global de R\$ 60.888.569,33.

A 2ª Divisão de Fiscalização de Engenharia do TCE-GO fez oito vistorias durante os primeiros 353 dias corridos da obra, e uma vistoria após a obra inaugurada (30/03/2006). Até então a obra não havia sido concluída, sendo que alguns serviços estavam sendo refeitos e outros estavam em andamento, na fase de acabamento.

Segundo o corpo técnico de Engenharia do TCE-GO, os serviços efetivamente executados apresentaram no conjunto um bom resultado, com exceção de algumas ressalvas. Por se tratar de uma obra de grande porte, com prazo previsto de doze meses para conclusão, houve na etapa final uma aceleração dos serviços para o cumprimento da data oficial de inauguração, acarretando diversas falhas no acabamento final.

Com relação ao custo, foi observado que o acréscimo nos preços unitários do primeiro contrato gerou sobrepreços em mais de 350 itens em relação ao orçamento do órgão contratante (Agetop).

(O relatório de inspeção foi protocolado sob o nº 200600047002592 relator conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell, estando o processo ainda em trâmite neste Tribunal - Letícia Jardim).



Agetop corrige falhas em edital

Depois de várias análises e recomendações do TCE, a Agetop adequou o edital de licitação para contratar serviços de conservação da malha rodoviária estadual em mais de 19 mil Km de rodovias, pistas de pouso, sinalização horizontal, levantamento de dados de campo com processamento de resultados, realização de pesquisa de tráfego e supervisão dos contratos. Os serviços referem-se ao Programa 3ª Via Fase 2, com um valor total estimado de mais de R\$ 526 milhões. Com as adequações, a instrução técnica conclusiva da 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia do TCE foi favorável à realização da licitação, cuja abertura foi marcada para 12/09/06.

A concorrência havia sido adiada pela Resolução nº 553, de 02/03/2006, do TCE, atendendo a relatório da 1ª DFENG que apontou diversas irregularidades no edital, em quantitativos de atestados técnicos, orçamentos, forma de pagamentos, pontuações no julgamento das propostas técnicas, apresentação de documentação incompleta, entre outros, passíveis de correção por parte da Agetop.

(O processo nº 28338413 tem como relatora a conselheira Carla Cintia Santillo, que apresentou projeto de resolução favorável à aprovação do edital na Sessão Plenária de 17/08/06 - Zaquia Sebba)

Faltou planejamento no pregão da Iquego

Insuficiência de planejamento no tocante à elaboração do projeto básico e estudo de viabilidade para produção de nova linha de medicamentos. Essa foi a conclusão a que chegou a 2ª Divisão de Fiscalização do TCE com relação ao pregão realizado pela Iquego para contratar transferência de tecnologia para fabricação de medicamentos e aquisição de produtos. Para a 2ª DF este fato tornou o procedimento licitatório e documentos dele decorrentes como portadores de vício de origem, resultando na apresentação de uma única licitante.

A 2ª Divisão de Fiscalização recomenda a sustação do

contrato com a empresa Antibióticos do Brasil Ltda., bem como, se a fiscalizada mantiver interesse no objeto licitado, realizar novo procedimento licitatório, desta feita com planejamento adequado e sem restrição a participação de empresas estrangeiras; sugerindo ao Tribunal que determine àquela indústria a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da legislação pertinente. (Maria Delcy)



Convênios e contrato para festividades com irregularidades

Diversas irregularidades foram evidenciadas pela 1ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado em análise quanto a convênios celebrados entre a Agência Goiana de Turismo (Agetur) e prefeituras municipais para a realização das festividades de carnaval. O TCE também apurou falhas na contratação de instituição sem fins lucrativos para as festividades da semana santa na Cidade de Goiás.

No que se refere aos convênios com as prefeituras, as irregularidades detectadas foram repasses efetuados intempestivamente; controle inadequado das prestações de contas, não havendo uma fiscalização eficiente por parte da Agetur no cumprimento do plano de trabalho por parte dos convenentes; realização de despesas sem prévio empenho; observância de

dubiedade nos prazos para prestação de contas, gerando dúvidas quanto ao prazo limite e ferindo a previsão legal de que a vigência do convênio deve ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas.

Quanto às festividades da semana santa na Cidade de Goiás, o Tribunal apurou que o contrato resultante de dispensa de licitação não está adequado e que houve desvio de finalidade, uma vez que o objeto contratado não se caracteriza como contrato e sim como convênio, revelando o procedimento utilizado um artifício para fraudar a lei e assim evitar a prestação de contas devida no convênio, bem como ausência de lei específica que autorize a transferência de recursos para entidades sem fins lucrativos. (Marcelo Moura)

Obras do aeroporto de Goiânia sob análise



Indícios de irregularidades que podem causar danos ao erário levaram a 1ª Divisão de Fiscalização do TCE a apresentar relatório preliminar sobre o convênio entre a Secretaria de Infra-Estrutura (Seinfra) e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) para análise do Tribunal Pleno. O convênio, no valor de R\$ 80 milhões, tem como objeto as obras de serviços de engenharia relacionados com o Aeroporto Santa Geneveva, em Goiânia.

Dentre as irregularidades constatadas estão a ausência da documentação acerca do procedimento licitatório no âmbito da Secretaria de Infra-Estrutura; não encaminhamento dos termos de ajustes ao TCE para registro; não publicação dos termos no Diário Oficial do Estado; alterações nos termos pactuados, por meio de termos aditivos, sem justificativa; alterações relativas à fonte de recursos sem previsão orçamentária; divergências entre o cronograma e a

previsão de desembolso anual do contrato firmado com o consórcio Odebrecht/Via Engenharia; descumprimento pelo Estado do cronograma de desembolso vigente na época em que realizou os repasses a seu cargo; inadimplência do aporte financeiro do Estado, no valor de R\$ 12.571.595,59, referente ao saldo de recursos não aportados no exercício de 2005 e às medições referentes ao período de janeiro a abril de 2006, conforme informações da Infraero.

(Os presentes Relatórios de Inspeção Externa encontram-se na fase de apresentação do contraditório por parte dos gestores dos órgãos inspecionados - Marcelo Moura)

TCE inspeciona vários trechos em rodovias no sudoeste goiano

A 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia está realizando inspeções em diversos trechos da malha rodoviária estadual para verificar as condições técnicas de execução dos serviços de construção e manutenção das rodovias, bem como sua situação com relação ao tráfego.

Entre as diversas rodovias selecionadas foi constatada a grande precariedade no pavimento de importantes estradas da região sudoeste do estado, destacando-se: GO-206 trecho: Caçu/ Itarumã; GO-178 trecho: Itarumã / Itajá / Divisa com Mato Grosso do Sul e GO-206, trecho: Almerindonópolis / Inaciolândia, totalizando 121 km em uma região altamente produtiva, de grande atividade industrial e agropecuária.

A 1ª inspeção realizada em Janeiro/2006 constatou condições críticas de trafegabilidade e um estado bastante avançado de deterioração em quase toda a extensão dos trechos. As obras de reabilitação estavam paralisadas e os serviços de manutenção do Programa 3ª Via não estavam satisfatórios, prejudicando intensamente os usuários.

A 1ª DFENG volta a inspecionar os trechos este mês, para verificar a qualidade dos serviços que estão sendo reabilitados pelo valor de R\$ 17.899.195,91.

(O relatório desta inspeção foi protocolado sob o nº 28416155 - relatora conselheira Carla Cíntia Santillo, estando o processo ainda em trâmite nesta Corte de Contas - Zaquia Sebba)



ARTIGO

A Receita Pública financiada pelo cidadão goiano



Benjamim Inácio dos Santos,
Diretor da 6ª DF TCE-GO.

A auditoria e a inspeção da receita pública têm o aspecto menos explorado da administração tributária. Apesar de sua importância estar sendo cada vez mais valorizada, poucos governos e mesmo países, já desenvolvem trabalhos com o objetivo de avaliar o desempenho do sistema de arrecadação, fundamental para garantir a eficiência e o alcance das ações governamentais e

para prevenir a ocorrência de fraudes. A nova estrutura de controle da receita recém-criada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás TCE-GO insere-se nesse esforço inovador e traduz o compromisso com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos em todos os níveis de governo e com o fortalecimento dos mecanismos de controle do Estado pela sociedade.

A iniciativa é compatível com o novo marco legal inaugurado com a Lei de Responsabilidade Fiscal LRF (LC 101/2000), que reforçou a importância da efetiva arrecadação de tributos de competência dos Estados e dos Municípios, prevendo sanções nos casos de não previsão, instituição e cobrança, contribuindo para reduzir a dependência dos governos estaduais e municipais das transferências de recursos da União e tornando o cidadão mais consciente do ônus que suporta.

Neste novo contexto, torna-se evidente a insuficiência do controle tradicional da arrecadação e dos gastos exclusivamente pelo prisma da legalidade, sendo necessário associá-lo a avaliação da gestão quanto à eficácia, a economicidade, a eficiência e a efetividade, os tão falados "quatro Es", por meio de auditoria e ou, inspeção.

Assim, com o objetivo maior de acompanhamento e controle das receitas do Estado de Goiás, a Sexta Divisão de Fiscalização 6ª DF tem como atribuições a realização de auditorias e inspeções in loco nos órgãos estaduais arrecadadores e/ou que tenham a atribuição de conceder, gerenciar ou utilizar recursos decorrentes das renúncias fiscais, além do acompanhamento e avaliação das previsões da receita dos entes, das medidas adotadas para combater a evasão e a sonegação fiscais e para proceder à cobrança de dívida ativa e da fiscalização, especialmente no que diz respeito ao controle sobre a arrecadação dos maiores contribuintes.

As auditorias e as inspeções da receita a serem realizadas pela 6ª DF são de dois tipos: as que objetivam apurar fatos específicos que causaram ou poderiam causar prejuízos aos cofres estaduais determinadas pelo Plenário do Tribunal ou motivadas por denúncias e outras de natureza operacional, mais abrangente, visando conhecer e avaliar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de

arrecadação do Estado, incluindo os procedimentos de fiscalização.

As auditorias e as inspeções, smj, poderão apontar a existência de problemas e ensejar determinações e recomendações para adoção de procedimentos. Os principais fatos apontados incluem a sonegação, em razão principalmente de omissão ou subavaliação de receitas por parte de empresas; a ocorrência de desvios de receitas por agentes da própria administração; falhas de procedimentos da fiscalização; concessão de benefícios fiscais sem estimativas do impacto orçamentário-financeiro; omissão na cobrança de tributos pela desatualização dos cadastros mobiliário e imobiliário ou por parte de rotinas de trabalhos eficazes de cobrança administrativa e/ou judicial e de inscrição na Dívida Ativa, apenas para citar os mais relevantes. Os trabalhos a serem desenvolvidos pela 6ª DF devem englobar não apenas as receitas diretamente arrecadadas como também aquelas não arrecadadas por terem sido concedidos isenções ou benefícios fiscais. Esta última, apesar de usualmente não contabilizadas, configuram os chamados "gastos tributários", aqueles gastos realizados não como gastos orçamentários, mas por intermédio de redução na receita tributária que, na ausência do benefício ou isenção, seria recolhida pelo ente arrecadador.

Espera-se introduzir, de forma simultânea e inovadoramente, mecanismos de avaliação dos "gastos tributários" efeitos dos incentivos fiscais em vigor e que venham a ser concedidas pelos entes - e de prevenção de fraudes e desvios na arrecadação.

Estas são algumas das questões importantes e desafiadoras que estão sendo agora colocadas com relação ao nosso sistema de controle da receita e que terão grande importância no futuro, não apenas no Estado de Goiás, mas em todo o território brasileiro, quiçá no mundo, como apontou recente trabalho publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgando pesquisa realizada em diversos países que indicou a preocupação generalizada, inclusive entre os mais desenvolvidos, com o fortalecimento dos programas de auditoria, especialmente do imposto sobre o valor agregado, componente central da maioria dos sistemas tributários.

No Brasil, a exemplo dos demais países, embora a preocupação com o comportamento da arrecadação seja tema recorrente, o desenvolvimento de programas de auditoria da receita ainda está restrito à esfera federal, tendo avançado muito pouco nos Estados.

Do ponto de vista do cidadão, o controle da receita reveste-se de sua importância, já que é ele quem financia as ações do governo, transferindo-lhe parcela considerável de seus recursos sob a forma de tributos, reduzindo a sua renda pessoal na expectativa de receber em troca bens e serviços públicos que garantam melhores condições de vida, especialmente nas áreas da educação, saúde e saneamento.





PM dá palestras sobre saúde e segurança



Chefe do Serviço de Capacitação, Nagibe Chaul, faz teste de glicemia, observada pelo subtenente Onilson Teles, responsável pelo convite à Diretoria de Saúde da PM para as palestras.

Palestras educativas para a área de saúde e exames de glicemia marcaram as atividades promovidas pela Diretoria de Saúde da Polícia Militar de Goiás aos policiais militares e demais servidores do Tribunal de Contas do Estado nos dias 1º e 2 de agosto. As palestras abrangeram problemas neurológicos, saúde mental, primeiros socorros, automedicação, doenças coronárias e obesidade, dentre outros temas.

A programação foi aberta com o tema Prevenção em Saúde Mental, em que a palestrante, major Miriam Nogueira, psicóloga, abordou os vários aspectos do estresse no trabalhador. Depois foi a vez da enfermeira Rachel Rosalina abordar a segurança no lar, ficando para a major Cárta Regina Freire discorrer acerca do alcoolismo e dependência química. A palestra final do primeiro dia ficou a cargo do tenente-coronel Dalton Dória, que falou sobre o acidente vascular cerebral.

No segundo dia, a major Cárta, que é farmacêutica, voltou a palestrar, dessa vez sobre automedicação. Depois foi a vez do 1º tenente Gustavo D. Bernardes de Oliveira, endocrinologista, que abordou o problema da obesidade, desde suas causas e diagnóstico até as estratégias de controle.

Segundo a psicóloga Nagibe Faiad Chaul, chefe do Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade do TCE, ainda neste ano haverá uma programação sobre prevenção das lesões por esforço repetitivo (Ler/Dort).



TC Dória fala sobre acidente vascular cerebral

Motivação e Trabalho em Equipe



As atividades despertaram o senso de trabalho em equipe

Servidores de diversos setores do Tribunal fizeram o curso de motivação e trabalho em equipe no Plenário Henrique Santillo. Ministrado pela instrutora Lígia Leonel, foram abordados temas como a maior participação e envolvimento dos funcionários no desempenho de seus trabalhos, necessidade de criar condições para uma equipe eficaz, participativa e integrada, a importância da reciclagem do funcionário do TCE e de despertar as pessoas para um trabalho de comprometimento e dedicação junto ao órgão.



As diretoras de Engenharia e a instrutora Lígia Leonel (com as flores)

Fundos Rotativos para PM

Policiais militares que ficaram responsáveis pelos novos fundos rotativos da PM goiana receberam treinamento do Tribunal de Contas do Estado sobre a criação, movimentação e prestação de contas dos fundos rotativos. Segundo o presidente Sebastião Tejota, o TCE tem buscado nos últimos anos dar maior ênfase ao caráter pedagógico de sua missão de controle externo das contas públicas. "Orientar os gestores é a melhor forma de evitar erros formais nas prestações de contas", disse.

O curso foi ministrado pela diretora da Quarta Divisão de Fiscalização do TCE, Rosana Maria C. Siqueira B. Vieira, e pelo assessor de gabinete Pérsio Pedroso de Moraes Júnior. Rosana explica que gestores capacitados representam processos melhor instruídos e,



Rosana Siqueira Vieira entrega certificado a um dos concluintes do curso

conseqüentemente, mais agilidade na própria fiscalização.

Fundo Rotativo é uma porção de capital público com função objetivamente definida, para pagar despesas, de sorte que sempre se reembolsem ao mesmo fundo os valores que dele se tiverem retirado para os pagamentos. No caso da PM, foram criados 24 novos fundos rotativos para diferentes unidades da corporação no valor de R\$ 10 mil cada.

Além de quase 40 policiais, que vão gerir esses fundos, foram treinados também cinco servidores do próprio TCE. Ao final do curso, os instrutores receberam, em nome do TCE, diplomas de "Colaborador Benemérito da PM", entregues pelo coronel Edson Costa Araújo, comandante-geral da Polícia Militar de Goiás.

Tomada de Contas Especial

O coordenador da Fiscalização Estadual, Fernando Xavier da Silva, ministrou o curso de Tomada de Contas Especial, aos servidores do Tribunal de Contas do Estado, de 3 a 11 de julho.

Caminhos da Integração tem participação do Tribunal

O TCE participou da 37ª Reunião Anual de Pavimentação e 11º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária, considerado o maior encontro sobre obras rodoviárias da América Latina. Denominado "Os Caminhos da Integração", o encontro foi no Centro de Convenções de Goiânia, de 8 a 11 de agosto, e teve onze palestras de âmbito nacional e internacional e dezenas de sessões técnicas, além de exposição sobre novas tecnologias rodoviárias.

Os representantes do Tribunal de Contas no evento foram a diretora da 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia, Zaquia Sebba Carrijo, e os engenheiros Eden Maluf, Lázaro Roberto da Silva, Walter Luiz da Paixão Borges Vieira, Kelly Borges Rodrigues e Florindo Braga Coelho.

O evento foi promovido pela Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem (ABDER) e pela Associação Brasileira de Pavimentação (ABPv).

Ribas Júnior é reeleito para a presidência do IRB

O conselheiro Salomão Ribas Júnior, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, foi reconduzido à presidência do Instituto Ruy Barbosa para a gestão 2006/2008, com a proposta de focar as atividades nas ações do Promoex. Estão previstas, por exemplo, a criação do portal dos Tribunais de Contas, que ficará sob a coordenação do instituto, da rede nacional de informações, que vai permitir a uniformização dos procedimentos, além da intensificação das relações entre os governos e as instituições, por meio da celebração de convênios para uma atuação conjunta, especialmente, no combate à corrupção.

Ribas foi eleito por unanimidade durante assembleia geral do IRB, na sede do TC do Distrito Federal, em Brasília. Participaram presidentes e conselheiros representantes de 30 Cortes de Contas de todo o país. O Instituto Ruy Barbosa é uma sociedade civil, de caráter técnico, pedagógico, científico e cultural que congrega todos os TCs brasileiros.



Candidatos ao governo visitam Tribunal

Três candidatos ao governo de Goiás estiveram no Tribunal de Contas do Estado hipotecando confiança ao órgão fiscalizador e comprometendo-se a manter, se eleitos, uma convivência harmoniosa e respeitosa com a instituição. Demóstenes Torres, Barbosa Neto e Alcides Rodrigues foram recepcionados no gabinete da Presidência por conselheiros, auditores e servidores da casa.



Marcas do Tempo

Lembranças do antigo prédio do TCE

Tombado pelo patrimônio histórico, o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Goiás é um referencial na arquitetura Goiana. O bloco A tinha um formato original em "T" e com a primeira reforma foi ganhando laterais que o transformaram em quadrangular. A entrada antiga ostentava quatro colunas e escadas no estilo art déco. Hoje o TCE é composto por três blocos e um anexo. Numa projeção de demanda futura, o Tribunal obteve, em 2005, a doação de uma área de mais de 293 mil metros quadrados na rua Divisa, próxima ao Aeroporto Santa Genoveva e à BR-153 para a construção de uma nova sede.



PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS TCE

A Alto Verão vai premiar o leitor do Notícias TCE. Para participar, basta saber um pouco sobre o TCE-GO. A cada edição faremos uma pergunta, cuja resposta pode ser obtida no site do TCE (www.tce.go.gov.br): basta o leitor pesquisar. Uma carta será sorteada e, se contiver a resposta correta, será premiada com um brinde da marca Alto Verão a retirar em qualquer uma de suas lojas.

A comissão que fiscalizará a Promoção será composta por três servidores efetivos do TCE que promoverão o sorteio e verificarão se a resposta está correta. Não estando, será sorteada outra carta. O Notícias TCE entrará em contato com o vencedor que deverá comparecer à sede do TCE / Setor de Comunicação num prazo de 15 dias após o aviso para retirar seu vale-brinde.

PERGUNTA:

Quem é o(a) autor(a) da melodia (música) do Hino do TCE-GO?

Resposta: _____

Nome: _____

End: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Esse cupom deverá ser recortado e colocado em um envelope lacrado com o seguinte endereçamento:

Tribunal de Contas do Estado de Goiás - "Promoção Alto Verão / Notícias TCE"
Praça Cívica, 332 Centro Goiânia/Go CEP 74.003-010

RESPOSTA DA EDIÇÃO ANTERIOR

O primeiro presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás foi Joaquim Taveira, que assumiu o cargo provisoriamente, até que ocorresse a primeira eleição no órgão, em 31 de dezembro de 1952, sendo que ele próprio foi eleito para a primeira gestão. A informação pode ser encontrada no site do TCE (www.tce.go.gov.br), seção Instituição/História, o que também pode ser observado na seção Instituição/Conselheiros/Galeria dos Presidentes e Conselheiros.



A ganhadora da Promoção anterior foi Rita de Cássia Pacheco da Silva, Goiânia - GO